



EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO: DESVENDANDO PROCESSOS DE DESVALORIZAÇÃO A PARTIR DA TRANSFERÊNCIA DAS AULAS PARA ACADEMIAS DE GINÁSTICA¹

Luiz Gustavo Bonatto Rufino
Suraya Cristina Darido

RESUMO

O objetivo do estudo foi analisar o contexto da Educação Física no Ensino Médio a partir da transferência das aulas em algumas escolas particulares para academias de ginástica. Entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com 10 ex-alunos de escolas do Estado de São Paulo, idade média de 21,4 anos. Os resultados da análise de conteúdo foram organizados em 3 categorias: Modelo de organização das aulas; Imaginário social da Educação Física no Ensino Médio; Processo educativo nas academias de ginástica. O processo de transferência das aulas para outras instituições corrobora com a desvalorização da Educação Física nesse nível de ensino, sendo necessário ressignificar a compreensão da importância desse componente curricular para a formação e o desenvolvimento crítico dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física escolar; Ensino Médio; prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

Em termos legais, a Educação Física escolar adquiriu maior valorização a partir de sua inclusão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996, passando a ser compreendida como um componente curricular – e não mais como uma atividade, como era assegurada até então. No entanto, tal procedimento não veio acompanhado da devida valorização no âmbito da prática pedagógica que, muitas vezes, manteve-se atrelada na predominância de certos conteúdos de cunho esportivo (BETTI; ZULIANI, 2002, p. 73) ou no elevado número de dispensas, sobretudo no Ensino Médio (SOUZA JÚNIOR; DARIDO, 2009, p. 4).

Especificamente sobre o Ensino Médio, Schonardie Filho (2001, p. 20) afirma que a LDBEN ao não especificar as características necessárias à Educação Física nesse nível de ensino, deixa uma larga margem para interpretações das mais diversas, como com relação ao número de horas aula por semana, quem deve participar das aulas e o que é previsto como conteúdo geral para ser complementado com os conteúdos específicos e as necessidades e possibilidades de cada região.

¹O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

Faria, Machado e Bracht (2012, p. 120) por sua vez, consideram que a Educação Física é às vezes confundida ou considerada como sendo uma disciplina de “segunda classe”. Os autores, ao recorrerem à teoria do reconhecimento social, admitem que os próprios professores de Educação Física, muitas vezes, apresentam um sentimento de rebaixamento frente às demais disciplinas. De modo semelhante, Bracht et al. (2003, p. 22) ressaltam que esta disciplina ocupa um lugar de inferioridade na escala de importância frente às demais disciplinas.

Se a Educação Física escolar, muitas vezes, é considerada um componente curricular de pouca importância social, no Ensino Médio ela é ainda menos valorizada. Especificamente no Ensino Médio, esse componente curricular pode ser considerado como extracurricular, que deve oferecer “descanso” ou “relaxamento” aos alunos, ou o treinamento exaustivo de uma dada prática corporal, ou nem sequer existindo. Os dispositivos legais e práticas cristalizadas permitem que ela seja sucumbida em perspectivas que carecem de reflexões críticas e que possam reconhecer suas potencialidades e significações.

Betti e Zuliani (2002, p. 73), ao discutirem sobre a atual prática pedagógica da Educação Física escolar, relatam que muitos alunos não vendo mais significado nessa disciplina, começam a desinteressar-se por ela, forçando situações de dispensa, embora, paradoxalmente, costumam valorizar cada vez mais as práticas corporais realizadas fora da escola como em clubes e academias de ginástica. Essa afirmação vai de encontro com a constatação apresentada pelos

Bracht (2001, p. 67) salienta que existe um processo atual de convalidação da prática da Educação Física para os alunos que comprovarem a realização de atividades físicas em academias de ginástica ou outros estabelecimentos. O autor questiona sobre as possíveis concepções que estão atreladas a tal iniciativa, a qual compreende esse componente curricular como um momento de promoção da saúde, podendo ser mais eficiente se realizada em um local específico com infra-estrutura que promova a prática regular de atividades físicas.

É uma alternativa frequente a transferência das aulas de Educação Física para outros estabelecimentos, como as academias de ginástica, por exemplo, sobretudo em escolas particulares que muitas vezes apresentam “convênios” com estas instituições. Tal processo apresenta como característica certa “comodidade” e economia para a escola que o realiza, uma vez que ela não precisa se preocupar com um projeto pedagógico para a Educação Física no Ensino Médio, simplesmente transferindo o “problema” para a responsabilidade de outra instituição.

Outro ponto relacionado a tal processo de transferência vincula-se com a caracterização da instituição na qual os alunos passam a realizar as “aulas”: as academias de ginástica. As academias apresentam um projeto político pedagógico capaz de propiciar aos alunos o devido desenvolvimento pedagógico acerca dos processos educativos da Educação Física? Corroborando com Marcellino (2003, p. 49), entende-se que elas se constituem como um local com pouco espaço para o exercício da criticidade e criatividade.

Ou seja, a Educação Física no Ensino Médio, embora amparada por lei, na prática não é realizada dentro do âmbito escolar de muitas escolas particulares e, quando o é, muitas vezes não é uma prática envolvida em um projeto político pedagógico adequado, muito menos é sistematizada. Isso forma claramente um paradoxo entre o que deveria ser e o que realmente é realizado na prática (GONZÁLEZ; FENSTERSEIFER, 2009, p. 12), culminando com a incoerente transferência das aulas para outras instituições, como as academias de ginástica, por exemplo.

Dessa forma, é importante investigar os motivos que mobilizam esse processo de transferência sob a ótica discente, ou seja, dos alunos que vivenciaram tal procedimento ao longo de seus processos formativos. Quais as opiniões, impressões e representações de pessoas que passaram pela transferência das aulas de Educação Física no Ensino Médio para outros espaços sociais como as academias de ginástica? Que compreensões sobre Educação Física estão vinculadas a tal processo? Como se deu esse processo de “transferência” das aulas para as academias de ginástica? Que tipo de prática pedagógica esses alunos vivenciaram? Essas, entre outras questões, devem ser analisadas, contribuindo para com a valorização da Educação Física de modo geral e no Ensino Médio de modo específico.

OBJETIVO

O objetivo desse trabalho foi analisar o contexto da Educação Física no Ensino Médio a partir da transferência das aulas em algumas escolas particulares para outras instituições, como as academias de ginástica, na perspectiva de ex-alunos que vivenciaram tal processo. Procurou-se também compreender as implicações desse processo e propor transformações em busca da legitimidade social dessa disciplina nesse nível de ensino.

METODOLOGIA

Rudio (1978, p. 34) define como amostras intencionais não probabilísticas aquelas oriundas por meio de uma estratégia adequada, escolhendo casos para a amostra que

represente determinada população sob algum aspecto. Portanto, com os resultados obtidos nesta amostra não é possível realizar generalizações e sim analisar as características dessa determinada amostra.

Assim, para o presente estudo foram realizadas 10 entrevistas semi-estruturadas com ex-alunos de escolas particulares de cidades do interior do Estado de São Paulo, sendo 5 do sexo feminino e 5 do sexo masculino e média de idade de 21,4 anos ($\pm 2,17$). Os critérios de seleção dos participantes consistiam em eles serem maiores de 18 anos e terem cursado todo o Ensino Médio em escolas que transferiam suas aulas de Educação Física para outras instituições. As características dos participantes podem ser visualizadas no quadro 1.

Quadro 1 - Caracterização dos participantes da pesquisa

Identificação	Idade	Sexo	Tipo de escola que estudou	Ano de conclusão do Ensino Médio
Participante 1	25	Feminino	Particular	2006
Participante 2	21	Masculino	Particular	2010
Participante 3	19	Feminino	Particular	2011
Participante 4	20	Feminino	Particular	2011
Participante 5	22	Masculino	Particular	2009
Participante 6	25	Masculino	Particular	2006
Participante 7	22	Feminino	Particular	2009
Participante 8	20	Feminino	Particular	2011
Participante 9	21	Masculino	Particular	2010
Participante 10	19	Masculino	Particular	2011

Para a coleta de dados optou-se por entrevistas semi-estruturadas que de acordo com Marconi e Lakatos (1982, p. 25) objetiva a obtenção de informações sobre determinado assunto ou problema. Para o presente estudo optou-se por buscar informações acerca do processo de transferência das aulas de Educação Física para academias de ginásticas. Ao longo das entrevistas, alguns participantes apresentaram novas informações que foram inseridas ao contexto do estudo e devidamente analisadas. Cada entrevista teve a duração média de 38 minutos. Elas foram gravadas e posteriormente transcritas *ipsis litteris* para a análise dos resultados. Para esse processo, os discursos foram submetidos a uma análise de conteúdo, organizando os resultados em categorias temáticas, a partir dos pressupostos de Bardin (1991, p. 30).

A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição de origem dos autores. Os procedimentos éticos foram garantidos aos sujeitos que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tendo eventuais dúvidas sanadas ao longo das explicações. A identidade dos participantes foi mantida em sigilo, de forma que eles foram

identificados pelo termo “participante” e o número de 1 a 10 a partir da ordem das entrevistas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A partir da análise de conteúdo proveniente dos discursos dos participantes emergiram três categorias temáticas, intituladas: “Modelo de organização das aulas”, “Imaginário social da Educação Física no Ensino Médio” e “Processo educativo nas academias de ginástica”. Cada uma dessas categorias será analisada separadamente a seguir.

MODELO DE ORGANIZAÇÃO DAS AULAS

Os participantes ressaltaram um processo de organização das aulas de Educação Física no Ensino Médio bastante similar, o qual estava sedimentado na transferência das aulas para academias de ginástica. Para que tal processo ocorresse, os entrevistados apontaram que as aulas nas academias eram realizadas fora do horário das demais disciplinas e que era preciso apresentar atestados emitidos pelas academias para comprovar certa frequência dos alunos, para que a disciplina pudesse ser regularmente convalidada. Esse fato é representado pelo discurso do participante 2: *“Lá na escola se você fazia [sic] alguma atividade, tipo academia, eles te liberavam, levava um atestado e eles te dispensavam das aulas de Educação Física”*.

Do total de participantes, 7 apontaram que a escola até apresentava aulas de Educação Física, realizadas no contraturno das demais disciplinas, embora tenham reconhecido a pouca aderência de alunos nessas aulas. Para o participante 5: *“era necessário apenas levar um atestado de alguma academia caso não quisesse freqüentar as aulas oferecidas pela escola, que eram oferecidas à tarde [contraturno] e não tinha muita adesão, o que não motivava os alunos a irem”*. Para esses alunos, as academias de ginástica constituíam-se enquanto alternativa para as aulas de Educação Física. Nessa perspectiva, o participante 7 ressaltou: *“minha escola ficava em um Shopping Center onde tinha uma academia também e era tudo conveniente, por isso eu fazia tudo lá, era mais prático para mim”*.

No entanto, para 3 alunos, a frequência e convalidação das aulas era obrigatoriamente estipulada por academias, não havendo nenhuma aula de Educação Física na escola como se pode constatar no discurso do participante 1: *“Contava como Educação Física mas não tinha Educação Física na grade, eles [a direção da escola] estabeleciam que as aulas tinham que ser feitas em academias”*. Nessas instituições não havia professores de Educação Física ou outra possibilidade de realizar essas aulas na escola, nem em turmas de treinamento. Tal procedimento é um forte indicativo para a alusão da falta de importância que esse componente

curricular representava nessas escolas, corroborando com compreensão de disciplina de “segunda classe” (FARIA; MACHADO; BRACHT, 2012, p. 120).

De modo geral, os participantes apontaram que a transferência das aulas para as academias era uma prática comum, decorrente do processo de valorização das disciplinas mais enfatizadas nos exames vestibulares, foco central do processo educativo dessas escolas, claramente pautadas pela lógica do ensino propedêutico, apontando traços de uma educação discriminatória e elitista, tal qual salienta Mitrullis (2002, p. 113).

No entanto, os participantes reconheceram a importância da obrigatoriedade dos atestados que comprovassem a realização de alguma atividade física. Para eles, as atividades físicas e as aulas de Educação Física estavam pautadas sob dois enfoques, o primeiro centrado na perspectiva única e exclusivamente voltada ao viés da saúde, conforme é possível constatar na opinião do participante 9: *“a parte boa é que de alguma forma eles te obrigavam a fazer alguma atividade física, cuidar da saúde”*. Em contrapartida, o segundo enfoque esteve relacionado à prática que proporcione descanso e relaxamento das horas de estudo, em uma dicotomia clara entre as disciplinas que devem ser estudadas para o vestibular e aquelas que servem para momentos de lazer, tal qual salientou o participante 6: *“acho que a Educação Física servia para a gente relaxar um pouco porque era muito tempo de estudos e simulados, então era preciso ter momentos de descanso e eu sempre gostei de musculação”*.

Ambas as perspectivas carregam consigo estereótipos que corroboram para o modelo de aulas (ou “pseudo-aulas”) vinculado nessas instituições. A Educação Física, nessa visão, apresenta uma visão funcionalista ora galgada como panaceia aos males da inatividade física, fato que os atestados emitidos nas academias não são capazes de assegurar, uma vez que não havia acompanhamentos sistemáticos de frequência e assiduidade e ora vinculada como atividade que proporciona lazer aos estudantes, uma forma de relaxamento frente às atividades realmente sérias e importantes presentes na escola.

Referindo-se ao conceito relacionado à tradição de realização da prática pedagógica da Educação Física como meio para a aquisição de outras questões, tais como saúde, caráter, entre outras, González e Fensterseifer (2009, p. 12) a denominam como perspectiva de “exercitar-se para um determinado fim”. Para os autores, esse movimentar-se sem reflexão destitui de importância à Educação Física enquanto uma disciplina curricular, ficando representada por questões que não são necessariamente suas especificidades pedagógicas.

Ademais, a transferência das aulas para as academias caminha no sentido contrário do que é estipulado em termos legais. Ao analisarem o processo de dispensa nas aulas de

Educação Física no Ensino Médio, amparados pelos critérios facultativos das leis, Souza Júnior e Darido (2009, p. 10) caracterizam essa prática como uma forma de “caminhar no sentido contrário à valorização do status que a LDB-96 conferiu à área ao classificá-la como componente curricular da Educação Básica”.

Outros elementos elencados pelos participantes corroboram com a visão depreciativa e desvalorizada que converge em falta de legitimidade à Educação Física no Ensino Médio. Entre eles, destaca-se a realização das aulas no contraturno das demais disciplinas, conforme ressalta o participante 1: *“no período que eu estava no Ensino Médio eu fiz aulas de natação numa academia que não era conveniada, fora do horário de aula. Mesmo para as pessoas que faziam nas academias conveniadas era fora do horário da aula”*.

Além disso, a questão da obrigatoriedade – ou não – das aulas de Educação Física provocou percepções de ambiguidade aos sujeitos, uma vez que eles compreenderam as contradições existentes entre exigir-se um atestado de frequência em uma academia de ginástica ao mesmo tempo em que não havia proposta pedagógica das aulas nas escolas. Para o participante 3: *“Era obrigatório comprovar que você fazia academia, só isso”*. O participante 1 reconheceu a ambiguidade de tal processo, ao afirmar que as aulas de Educação Física *“eram obrigatórias, só que não tinha nota... é bem ambíguo isso”*. Por isso, os ex-alunos salientaram que as aulas de Educação Física não reprovavam, a não ser que não se comprovasse a presença nas academias, conforme destaca o participante 3: *“não havia nota, a reprovação ocorria de acordo com o número de faltas na academia”*.

Ou seja, a questão de haver nota ou não para a Educação Física é outro fator que corrobora com a falta de legitimidade dessa disciplina nas escolas dos entrevistados. Eles afirmaram não haver nota nessa disciplina, conforme destaca o participante 8: *“não havia nota, mas tinha que ter frequência, entendeu?”*. Da mesma forma, o participante 2 destacou: *“No meu boletim vinha dispensado das aula de Educação Física, frequência 100%”*. Ademais, a utilização de atestados abre margem para uma série de atitudes que podem não garantir a realização das atividades, como destaca o participante 10: *“só o atestado era obrigatório. Sempre tinha que ‘dar um jeito’ de arranjar um atestado, mesmo que eu não frequentasse academia nenhum dia”*.

Os encaminhamentos realizados pelas escolas e destacados pelos participantes enfatizam que a Educação Física não era compreendida como um componente curricular cuja importância deve ser valorizada. Pelo contrário, essa disciplina foi entendida como um fator que pode “atrapalhar” o andamento do ensino preparatório para o vestibular, por isso, para

estas instituições, a Educação Física é marginalizada. Para Bechara (2004, p. 57) tal fenômeno pode ser compreendido como a “terceirização da Educação Física no Ensino Médio em Academias de Ginástica”. Ou seja, o modelo de organização das aulas é estabelecido a partir de um processo de “terceirização” das aulas para as academias, inviabilizando a legitimidade social necessária para a valorização desse componente curricular obrigatório.

IMAGINÁRIO SOCIAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO

A forma de organização das aulas de Educação Física no Ensino Médio, bem como o processo de transferência – ou terceirização – para as academias de ginástica provoca implicações à compreensão que os participantes apresentaram com relação à importância dessa disciplina na escola. Esse fato é claramente evidenciado pelo discurso do participante 8:

Na verdade eu nunca parei para pensar nisso. As aulas de Educação Física para mim nunca foram muito importantes e acho que para a escola também, por isso que eles indicavam as academias para a gente. No fundo, acho que lá na minha escola eles não queriam ter mais trabalho ao dar as aulas de Educação Física e passavam para as academias e a gente nem se importava com isso, simplesmente aceitava (PARTICIPANTE 8).

Ou seja, para os entrevistados, a Educação Física não era de fato uma disciplina curricular importante, de forma que sua realização em outros ambientes não era vista como algo prejudicial. Esse fato ilustra claramente que os alunos não foram instigados e mobilizados a compreenderem a importância social dessa disciplina curricular, pautando-se nos conceitos encontrados no senso comum de valorização da forma física e do movimentar-se sem reflexão (GONZÁLEZ; FENSTERSEIFER, 2009, p. 12). O participante 9 corroborou com tal visão ao salientar:

A idéia que eu tenho é que a Educação Física é uma disciplina de lazer. As outras disciplinas são as disciplinas sérias, pra você aprender e tal, por isso que você não é obrigado a fazer. A pessoa que está trabalhando ou tem um vestibular para encarar não precisa perder mais ainda o tempo dele para realizar Educação Física (PARTICIPANTE 9).

Perspectivas como as apresentadas acima foram constantemente encontradas nas falas dos participantes. No entanto, o que significa compreender a Educação Física como “perda de tempo”? A partir das representações discursivas dos participantes foi possível evidenciar uma ampla valorização na aquisição de competências e habilidades que culminem na aprovação nos exames vestibulares ao passo que a Educação Física, de alguma forma, poderia prejudicar a concretização dessa realização.

Contudo, a inserção de questões sobre a Educação Física no Exame Nacional do

Ensino Médio, o ENEM (SOUZA JÚNIOR; FERREIRA, 2009, p. 1) e em alguns exames vestibulares que passaram a empregar conhecimentos dessa área em seu processo seletivo (MIRANDA; LARA; RINALDI, 2009, p. 621) representam mais um dilema a ser superado. Como se configura a compreensão da Educação Física enquanto componente curricular obrigatório e a paradoxal transferência das aulas para as academias de ginástica nesse contexto?

O participante 2 esboçou uma possível explicação para isso: *“as pessoas vão começar a ver que está caindo no vestibular e vão começar a prestar atenção na Educação Física”*. Ao ser questionado sobre esse fato, o participante 6 ressaltou o risco de dissociação das aulas de Educação Física de atividades práticas, questionando até se haveria cursinhos preparatórios sobre conceitos de Educação Física. Para ele: *“eu acho que, infelizmente, se forem incluir aulas de Educação Física dentro da grade curricular vai ser apenas teórica”*.

Dessa forma, tal visão pode contribuir para a manutenção da dicotomia entre atividades práticas e atividades teóricas relacionadas à esfera da Educação Física escolar. Além disso, a inclusão dessa disciplina curricular em exames vestibulares pode contribuir com sua valorização. No entanto, mais importante do que a existência da Educação Física nestes exames está na compreensão de sua importância na educação formal neste nível de ensino. Os debates devem partir desse entendimento, tendo como premissa básica uma Educação Física no Ensino Médio capaz de proporcionar a apropriação crítica dos alunos nas variadas manifestações da cultura corporal. A falta de suporte legal, todavia, é um condicionante negativo que precisa ser discutido e modificado por meio de ações de luta e busca de legitimidade.

Finalmente, alguns participantes teceram comparações sobre a Educação Física no Ensino Médio com outras disciplinas, como a língua inglesa, por exemplo. Ao menos nas escolas dos referidos participantes, diferentemente da Educação Física, o inglês era disciplina obrigatória, independente da realização de curso de línguas fora da escola, conforme resalta o participante 5: *“detalhe que o mesmo não ocorria para o curso de inglês, que era obrigatório mesmo para os que faziam aulas extras em escolas de idiomas”*.

Todos esses processos provocam a depreciação do imaginário social representado pela Educação Física, divulgados pelos meios de comunicação, políticas públicas, representações e conselhos legais, entre outros, que carecem de reflexões sobre a importância social dessa disciplina na escola. Ou seja, tais ensejos contribuem para a concretização e o reforço da “disciplina de segunda classe”, tal qual asseguram Faria, Machado e Bracht (2012, p. 120).

PROCESSO EDUCATIVO NAS ACADEMIAS DE GINÁSTICA

Por fim, a análise dos discursos dos participantes compreendeu que de modo geral, os locais que recebem as aulas de Educação Física, ou seja, as academias de ginástica, não se constituem enquanto ambientes que proporcionam a apropriação crítica das compreensões pedagógicas relacionadas à Educação Física no Ensino Médio, tal qual salienta Marcellino (2003, p. 49). Os participantes apontaram não haver nenhum tipo de tratamento pedagógico diferenciado para aqueles que estavam cursando o Ensino Médio, nem mesmo nas academias conveniadas com as escolas. Para o participante 1, por exemplo: *“não tinha nada de diferente. A minha amiga fez em academia conveniada e ficava só andando na esteira ela contava”*. A única diferença das academias conveniadas referiu-se à presença de uma lista com os nomes dos alunos para serem assinalados, tal qual ressaltou o participante 7: *“nas academias conveniadas havia uma lista de presença, não sei quantas vezes por semana, mas a gente era obrigado a ir, não necessariamente a fazer academia”*.

O participante 2, por sua vez, ao afirmar como foi o processo de realização das aulas em uma academia para que fosse convalidada as aulas de Educação Física ressaltou: *“Não perguntavam da onde a gente era, o que a gente fazia, nada disso”*. Esses discursos possibilitam inferir que as academias não apresentavam nenhum tipo de especificidade capaz de suprir as demandas necessárias à apropriação crítica da cultura corporal, ampliação das práticas corporais conhecidas pelos alunos, valores a serem discutidos, conhecimentos sobre o corpo a serem analisados, entre outras questões relacionadas às aulas de Educação Física. Tais fatos corroboram com o processo de marginalização da Educação Física no Ensino Médio, bem como estão arraigados à compreensões acríticas acerca das possibilidades pedagógicas desse componente curricular nesse ciclo de ensino (CORREIA, 2009, p. 23; FARIA; MACHADO; BRACHT, 2012, p. 120; GONZÁLEZ; FENSTERSEIFER, 2009, p. 9).

Além disso, resquícios da compreensão esportivista também foram apresentados pelos ex-alunos entrevistados. O participante 2, por exemplo, ao comentar sobre alguns atletas colegas de turma ressaltou: *“pessoas federadas não precisavam fazer Educação Física porque já realizavam atividade física em outros lugares”*. Essa compreensão, atestada pela escola, remete ao que Bracht (2001, p. 67) como sendo a visão por detrás da convalidação das aulas de Educação Física para outros ambientes, a qual agrega pejorativamente esta disciplina como um momento de prática de exercícios físicos tendo como fins o rendimento esportivo, sendo melhor realizada em locais apropriados, tais como academias ou escolinhas de esportes.

Por fim, questionou-se aos alunos se a realização de atividades físicas nas academias contribuíram, ao menos, para a manutenção da prática após o período de conclusão do Ensino Médio. Do total de participantes, 4 afirmaram não realizarem nenhuma forma de atividade física até o momento das entrevistas. Os demais 6 entrevistados apontaram que continuam realizando atividades, mas que estas por sua vez, não foram incentivadas pelas aulas de Educação Física no Ensino Médio, com o participante 9 indicou: *“pra mim não há relação nenhuma com a obrigação de ter que ir na academia durante o Ensino Médio e continuar fazendo depois de formada. Eu sempre fiz porque gosto, não pelo fato de ter sido obrigada a frequentar a academia que eu continuei fazendo”*.

Dessa forma é possível constatar que a “terceirização” das aulas de Educação Física no Ensino Médio não contribui nem ao menos para a manutenção de um estilo de vida ativo, um dos possíveis motivos que podem ser utilizados para justificar tal processo. Além disso, de contribuir para com o processo de desvalorização desse componente curricular, tal fato impossibilita que os alunos apropriem-se criticamente das potencialidades pedagógicas da Educação Física. Correia (2009, p. 185), ao questionar sobre a inexistência da Educação Física no Ensino Médio arremata:

Se não tivéssemos Educação Física no Ensino Médio restringiríamos as possibilidades de colocarmos aos jovens e adultos que se inserem nesse contexto da educação formal a experiência de analisarem criticamente por meio de conhecimentos sistematizados e aprofundados as múltiplas representações e significados atribuídos às diferentes manifestações corporais de movimento presentes na sociedade contemporânea (CORREIA, 2009a, p. 185).

Portanto, a transferência das aulas de Educação Física no Ensino Médio para as academias de ginástica inviabiliza que os alunos compreendam as possibilidades pedagógicas dessa disciplina, tolhendo a prática pedagógica de significação acerca da apropriação das manifestações da cultura corporal. Esse processo é ainda um forte indicador da desvalorização desse componente curricular nesse nível de ensino, fato que precisa ser ressignificado.

CONCLUSÕES

O processo de transferência das aulas de Educação Física para outros ambientes, como as academias de ginástica, sem adequações e organizações pedagógicas que supram as demandas e representações dos processos de ensino e aprendizagem caminha no sentido contrário de sua valorização e legitimidade. Ou seja, impossibilitam transformações efetivas da prática pedagógica deste componente curricular nesse nível de ensino.

A partir dos discursos dos participantes é possível compreender que a transferência das aulas de Educação Física para as academias de ginástica no Ensino Médio é uma prática corriqueira, estando atrelada à cultura escolar das escolas na qual os entrevistados pertenceram quando alunos. Os próprios alunos salientaram não estranharem esse processo que, por sua vez, não está de acordo com os atuais regimentos legais que buscam compreender a Educação Física enquanto um componente curricular obrigatório.

Dessa forma, modificar essas perspectivas é condição *sine qua non* para que seja possível empreender processos de valorização social da Educação Física no Ensino Médio, fato que passa por inúmeras considerações, tais como valorização dos professores, aulas nos mesmos turnos das demais disciplinas, condições mínimas e adequadas de infra-estrutura e materiais, entre outras. No entanto, tais condições estão atreladas à existência das aulas na escola, fato que a transferência ou “terceirização” para as academias inviabiliza.

Sendo assim, a construção da legitimidade social da Educação Física no Ensino Médio deve ser compreendida como uma ação complexa a ser valorizada pelo âmbito legal, não ficando somente restrito a ele. Portanto, é fundamental que sejam reconstruídos olhares para que o processo de transferência das aulas para as academias seja efetivamente inviabilizado, cedendo lugar à prática pedagógica da apropriação crítica e reflexiva da cultura corporal na Educação Física no Ensino Médio.

PHYSICAL EDUCATION IN HIGH SCHOOL: UNVEILING DEPRECIATION PROCESSES FROM THE TRANSFER OF CLASSES TO FITNESS CENTERS

The aim of this study was to analyze the context of Physical Education in High School from the transfer of classes in some private schools to fitness centers. Semi-structured interviews were conducted with 10 former students of schools in São Paulo State, mean age of 21.4 years old. The results of the content analysis were organized into 3 categories: Model of classes' organization; Social Imaginary of Physical Education in High School; Educational process in fitness centers. The transfer process of classes to others institutions corroborates with the devaluation of Physical Education in this teaching level, being necessary to re-mean the comprehension of the importance of this curricular component for critical student's education and development.

KEYWORDS: *School Physical Education; High School; Pedagogical practice.*

EDUCACIÓN FÍSICA EN LA ESCUELA SECUNDÁRIA: DEVELANDO PROCESOS DE DEVALUACIÓN DE LAS CLASSES PARA LAS ACADEMIAS DE GIMNASIA

El objetivo del estudio fue analizar el contexto de la Educación Física en la escuela secundaria de la transferencia de las clases en algunas escuelas privadas a los centros de gimnasia. Se realizaron entrevistas semi-estructuradas con 10 ex alumnos de São Paulo, edad media de 21,4 años. Los resultados del análisis de contenido se organizan en 3

categorías: Modelo de organización de las clases; Imaginario Social de la Educación Física en la escuela; proceso educativo en las academias. El proceso de transferencia de las clases a otras instituciones corrobora con la devaluación de la Educación Física en este nivel de educación, siendo necesario replantear la comprensión de la importancia de este componente curricular para la formación y el desarrollo crítico de los estudiantes.

PALABRAS CLAVES: Educación Física; Escuela Secundária; Práctica pedagógica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: LDA, 1991.

BECHARA, E. C. *Educação Física escolar: proposta para formação de líderes comunitários para alunos de 2ª e 3ª séries do Ensino Médio*. 2004. 137f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BETTI, M.; ZULIANI, L. R. Educação Física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v.1, n.1, p. 73- 81, 2002.

BRACHT, V. *et al. Pesquisa em ação: Educação Física na escola*. Ijuí: Unijuí, 2003.

BRACHT, V. Saber e fazer pedagógicos: acerca da legitimidade da Educação Física como componente curricular. In: CAPARROZ, F. E. *Educação Física escolar: política, investigação e intervenção*, p. 67-79. Vitória: PROTEORIA, 2001.

CORREIA, W. R. *Educação Física no Ensino Médio: questões impertinentes*. São Paulo: Plêiade, 2009.

FARIA, B. A.; MACHADO, T. S.; BRACHT, V. A inovação e o desinvestimento pedagógico na Educação Física escolar: uma leitura a partir da teoria do reconhecimento social. *Motriz*, Rio Claro, v. 18, n. 1, p. 120-129, jan./mar., 2012.

GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. Entre o “não mais” e o “ainda não”: pensando saídas para o não-lugar da EF Escolar I. *Cadernos de Formação RBCE*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 9 – 24, set. 2009.

MARCELLINO, N. C. Academias de ginástica como opção de lazer. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Brasília, v.11, n.2, p. 49-54, jun. 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1982.

MIRANDA, A. C. M.; LARA, L. M.; RINALDI, I. P. B. A Educação Física no ensino médio: saberes necessários sob a ótica docente. *Motriz*, Rio Claro, v.15, n.3, p.621 –630, jul./set., 2009.

MITRULLIS, E. Ensaios de inovação no ensino médio. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 16, n. 58, p. 113-124, 2002.

RUDIO, F. V. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SCHONARDIE FILHO, L. *Educação Física na 1ª série do Ensino Médio: uma prática por compromisso*. 2001.183f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SOUZA JÚNIOR, O. M.; DARIDO, S. C. Dispensa das aulas de Educação Física: apontando caminhos para minimizar os efeitos da arcaica legislação. *Pensar a Prática*, Goiânia, v.12, n.2, p. 1-12, maio/ago. 2009.

SOUZA JÚNIOR, O. M.; FERREIRA, S. D. A Educação Física frente ao novo Exame Nacional do Ensino Médio. In: IV Colóquio de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana: as lutas no contexto da motricidade / III Simpósio sobre o Ensino de Graduação em Educação Física: 15 anos do Curso de Educação Física da UFSCar / V Shoto Workshop, 4, 2009, São Carlos. *Anais...* São Carlos: UFSCar, 2009. CD ROM.